



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DIANA ARRUDA RAMOS**

**AGRICULTURA CAMONESA E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO POVOADO VARJOTA, MUNICÍPIO DE  
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MARANHÃO**

ARAGUAÍNA/TO  
2022

**DIANA ARRUDA RAMOS**

**AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO  
RURAL NO POVOADO VARJOTA, MUNICÍPIO DE  
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MARANHÃO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Mauricio Ferreira Mendes

ARAGUAÍNA/TO  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

R175a RAMOS, Diana Arruda .

Agricultura camponesa e desenvolvimento rural no povoado Varjota, município de Formosa da Serra Negra-Maranhão. / Diana Arruda RAMOS. – Araguaína, TO, 2022.

48 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2022.

Orientador: Mauricio Ferreira Mendes

1. Agricultura camponesa. 2. Produção diversificada. 3. Desenvolvimento rural. 4. Maranhão. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

DIANA ARRUDA RAMOS

## **AGRICULTURA CAMPONESA E DESENVOLVIMENTO RURAL NO POVOADO VARJOTA, MUNICÍPIO DE FORMOSA DA SERRA NEGRA-MARANHÃO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína, Curso de Licenciatura em Geografia para obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 28 / 06 / 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, orientador, UFT

---

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho, avaliador, UFT

*“Ore e nunca desista!”  
Lucas 18:1.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me ajudado a trilhar todo este caminho e nunca ter me deixado desistir, por me mostrar que não importa o quão longe o sonho pareça está, mas o quão longe você está disposto a ir.

A meus pais pelo apoio incondicional de sempre, em especial minha mãe que nunca mediu esforços para me ajudar, e a toda minha família que também sempre me ajudou de alguma forma meus irmãos, avós, namorado, tios...

Agradeço a meu orientador Mauricio Mendes, por ter embarcado comigo nesse projeto e me fazer voar mais longe, obrigado por toda paciência que teve comigo e por tanto conhecimento transmitido.

Agradecer a todos os meus amigos em geral que contribuíram de forma direta ou indireta para que este dia se tornasse real, em especial meus amigos Arlen Batista, Areta Elen, Elaine Lima, Makes Darley e Victor Leonardo, que estavam todos os dias comigo e juntos somamos mais.

Agradecer também aos colegas do curso e aos professores que contribuíram muito na minha formação acadêmica.

## RESUMO

A agricultura camponesa é conhecida como um dos meios de produção mais antigos e presente até hoje em nosso meio. O campesinato pode ser entendido como uma forma social de produção diversificada fundada sobre a relação propriedade, trabalho e capacidades humanas, políticas e culturais, ou seja, promove o desenvolvimento. Este trabalho teve o objetivo analisar e compreender a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural no povoado Varjota, município de Formosa da Serra Negra, Maranhão. Para a realização deste estudo foram adotados a abordagem qualiquantitativa, além de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas de campo e coleta de dados primários, no intuito de abordar com maior exatidão o tema em pesquisa. A coleta de dados primários foi realizada por meio de um roteiro de entrevistas composto por 12 perguntas abertas, realizado junto aos camponeses do povoado Varjota, entre os meses de março e abril de 2022. Os resultados mostram que no povoado Varjota vivem aproximadamente 175 famílias, que utilizam a agricultura camponesa para produzir seus próprios alimentos, tais como arroz, feijão, milho, mandioca, no entanto, os camponeses recorrem a diversas atividades, para além das atividades agrícolas, a fim de garantir a renda de suas famílias. Portanto, o trabalho buscou mostrar a realidade do modo de vida camponês, e como este se organiza em seu território, assim como as estratégias adotadas para a produção de alimentos, que é bem diversificada no povoado Varjota/Maranhão.

**Palavras-chave:** Agricultura camponesa; Produção diversificada; Desenvolvimento rural; Maranhão.

## ABSTRACT

Peasant agriculture is known as one of the oldest means of production and is still present in our country. The peasantry can be understood as a social form of diversified production based on the relationship between property, work and human, political and cultural capacities, that is, it promotes development. This work aimed to analyze and understand peasant agriculture and rural development in the village of Varjota, municipality of Formosa da Serra Negra, Maranhão. In order to carry out this study, a qualitative-quantitative approach was adopted greater, in addition to bibliographic research, technical field visits and primary data collection, in order to address the research topic with accuracy. The primary data collection was carried out through an interview script composed of 12 open questions, carried out with the peasants of the Varjota village, between march and april 2022. The results show that approximately 175 families live in the Varjota village, who use peasant agriculture to produce their own food, such as rice, beans, corn, cassava, however, peasants resort to various activities, in addition to agricultural activities, in order to guarantee their families' income. Therefore, the work sought to show the reality of the peasant way of life, and how it is organized in their territory, as well as the strategies adopted for food production, which is very diverse in the village Varjota/Maranhão.

**Keywords:** Peasant agriculture; Diversified production; Rural development; Maranhão.

## LISTA DE FIGURAS

|   | <b>Páginas</b> |
|---|----------------|
| Figura 1. Localização do município de Formosa da Serra Negra                  | 13             |
| Figura 2. Vista panorâmica da Serra Negra                                     | 14             |
| Figura 3. Localização geográfica do povoado Varjota                           | 28             |
| Figura 4. Vista panorâmica do povoado Varjota                                 | 30             |
| Figura 5. Avenida Arthur Bezerra  | 30             |
| Figura 6. Plantação consorciada de arroz e milho no povoado Varjota           | 31             |
| Figura 7. Plantação de feijão nos arredores da residência familiar            | 32             |
| Figura 8. Consórcio de feijão e mandioca nos arredores da residência familiar | 32             |
| Figura 9. Casa onde se fabrica farinha  | 32             |
| Figura 10. Farinha pronta para o consumo                                      | 32             |
| Figura 11. Coco-da-praia  | 34             |
| Figura 12. Pé de laranjeira   | 34             |
| Figura 13. Plantação de Bananas   | 34             |
| Figura 14. Cacho de Bananas   | 35             |
| Figura 15. Mamão e Abacate  | 35             |
| Figura 16. Pé de mamão e maracujá   | 35             |
| Figura 17. Cenouras com adubo de “paú” (A e B)                                | 36             |
| Figura 18. Povoado Varjota cercado por babaçuais                              | 37             |
| Figura 19. Malva do reino e gengibre  | 38             |
| Figura 20. Boldo  | 38             |
| Figura 21. Ao fundo da imagem criação de gado de leite e corte                | 42             |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   | <b>Páginas</b> |
|---|----------------|
| Gráfico 1. Culturas anuais produzidas no povoado Varjota  | 31             |
| Gráfico 2. Culturas perenes produzidas no povoado Varjota | 33             |
| Gráfico 3. Hortaliças produzidas no povoado Varjota       | 36             |
| Gráfico 4. Utilização de agrotóxicos na produção          | 40             |

## SUMÁRIO

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                      | <b>10</b> |
| <b>2</b>   | <b>METODOLOGIA.....</b>                      | <b>12</b> |
| <b>2.1</b> | <b>Caracterização da área de estudo.....</b> | <b>12</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Procedimentos metodológicos.....</b>      | <b>14</b> |
| <b>3</b>   | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>            | <b>17</b> |
| <b>4</b>   | <b>RESULTADO E DISCUSSÃO.....</b>            | <b>27</b> |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>             | <b>44</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                     | <b>45</b> |
|            | <b>APÊNDICE.....</b>                         | <b>48</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura camponesa constitui a base de produção alimentar de nosso país, sendo considerada uma atividade essencial para a vida. [...] “entende-se que esta forma social de produção na agricultura ocupa um lugar importante na sociedade e na economia brasileira (FERNANDES, 2014, p. 17).

O campesinato está presente na sociedade desde a antiguidade, e ao longo dos anos vem passando por grandes transformações em sua organização, mas permanece inserido em nosso meio atual. Podemos entendê-lo como uma forma social de produção fundada sobre a relação propriedade, trabalho e família. Por tanto, na produção camponesa ao mesmo tempo que a família tem posse dos meios de produção, ela realiza o trabalho, o que corrobora com os estudos de Ghizelini e Araguão (2019, p. 97) que afirmam que a agricultura camponesa apresenta “forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital”.

Pode-se observar que na agricultura camponesa, o camponês possui relação com o espaço/território que ele produz, por ser também seu espaço de moradia e vivência. Nestes territórios são utilizadas técnicas para o plantio que na maioria das vezes foram repassadas de seus antepassados, assim cada um possui suas próprias culturas e seus modos de produção. “O modo de produção camponês é, em essência, orientado para a produção e para o aumento de valor agregado (PLOEG, 2009, p. 34).

O município de Formosa da Serra Negra localizado no sul do maranhão, possui os traços fortes da agricultura camponesa, o que contribui na diversificação de alimentos. A principal fonte de renda do município é a agropecuária, que é caracterizada principalmente pela agricultura camponesa, com as culturas basicamente de arroz, feijão, milho e mandioca, além da criação de bovinos para produção de leite e corte.

Nesta pesquisa busca-se conceituar a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural praticado no povoado Varjota, localizado a 55 quilômetros da cidade de Formosa da Serra Negra, Maranhão. Esta pesquisa busca respostas acerca das apreensões vivenciadas pelo camponês, para isso utiliza-se a categoria território como ferramenta de estudo, pois é no mesmo que ocorre as transformações aqui explanadas. A inspiração da presente pesquisa se deu sobretudo, porque sou residente do povoado Varjota, filha de camponês e vejo o quão este trabalho se torna importante, por poder contar a história e a cultura de um povo que também é minha.

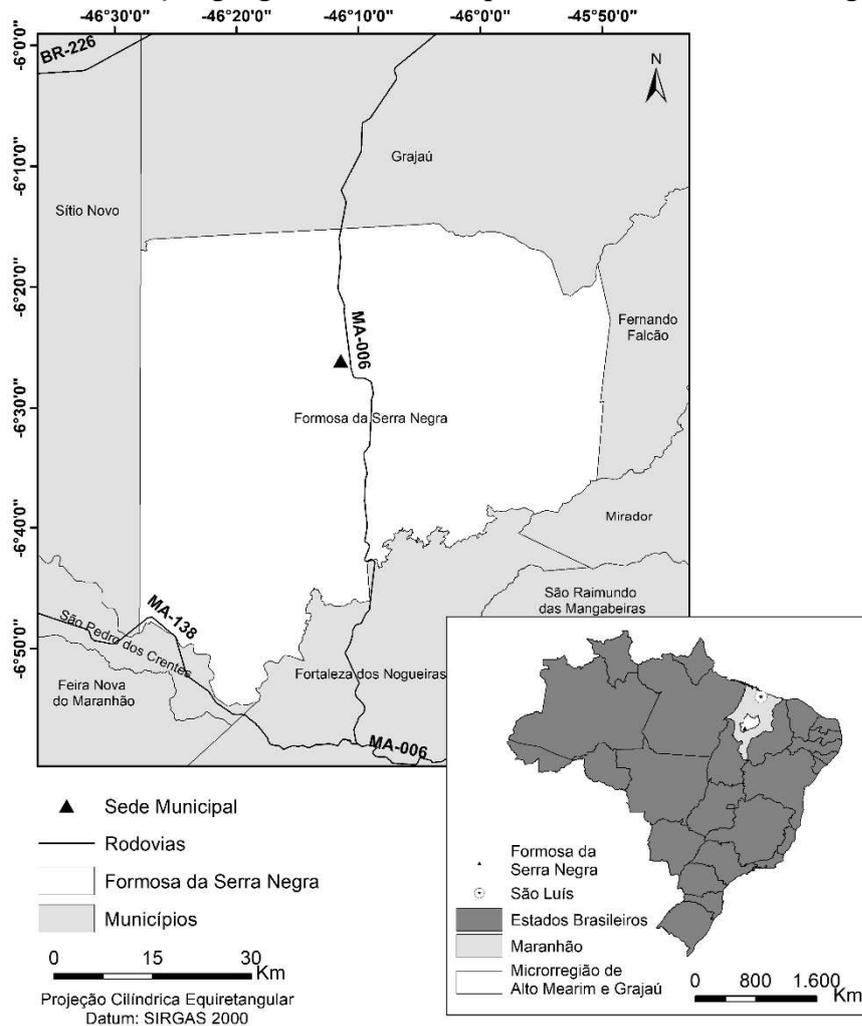
Subsidiado no exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar e compreender a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural no povoado Varjota, município de Formosa da Serra Negra, Maranhão. Dentre os específicos, realizou-se pesquisas para identificar as técnicas utilizadas pelos camponeses para o plantio; as dificuldades vivenciadas pelos camponeses desde o plantio até a comercialização dos alimentos; além de mapeamento das práticas agroecológicas utilizadas nas lavouras e como os recursos naturais do território são utilizados pelos camponeses.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 Caracterização da área de estudo

O presente estudo desenvolveu-se no Povoado Varjota, zona rural do município de Formosa da Serra Negra. O município de Formosa da Serra Negra está localizado no estado do Maranhão (Figura 1), compondo a região Nordeste do país juntamente com mais oito estados brasileiros.

Figura 1. Localização geográfica do município de Formosa da Serra Negra/MA.



Fonte: GeoPaisagem/UFNT.

O município limita-se ao Norte com o município de Grajaú; ao Sul, com os municípios de São Pedro dos Crentes, Fortaleza do Nogueiras e São Raimundo das Mangabeiras; a Leste, com os municípios de Mirador e Fernando Falcão; e a Oeste com o município de Sítio Novo (Figura 1). O município é cortado pela rodovia estadual MA-006 que liga aos municípios de Grajaú, Fortaleza dos Nogueiras e outras demais cidades, a rodovia se encontra quase sempre em péssimas condições, a maioria do percurso se encontra sem asfalto e cheio de buracos, em

decorrência disso acidentes são frequentes. A população vem sempre realizando protestos, mas a obra segue lentamente.

O município foi recém emancipado, tendo sido elevado à categoria de município pela Lei nº 6.150, de 10 de novembro de 1994, desmembrado da cidade de Grajaú- MA. Está inserido na mesorregião Centro Maranhense e Microrregiões Geográficas Alto Mearim e Grajaú (Figura 1) (IBGE, 2010). Formosa da Serra Negra está localizada há 481,68 km da capital São Luís, com as seguintes coordenadas geográficas, latitude: 6° 25' 46'' Sul; longitude: 46° 11' 24'' Oeste de Greenwich; numa altitude média de 288 metros. O município possui uma área de cerca de 3.690, 610 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

De acordo com o censo demográfico IBGE sua população em 2010 era de cerca de 17.757 habitantes, sendo que 11.842 habitantes vivem no meio rural e 5.915 habitantes em área urbana, tendo uma estimativa de 19.425 habitantes para 2021, onde a densidade demográfica chega a ser 4,49 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A história do município teve origem entre as décadas de 50 a 60, onde moradores de fazendas vizinhas decidiram construir suas casas próximas umas às outras formando assim uma vila que recebeu o nome de Formosa em homenagem a uma dessas fazendas, e o Serra Negra (Figura 2) veio da linda serra que se localiza nas proximidades, e a região já era conhecida como a região da Serra Negra.

Figura 2. Vista panorâmica da Serra Negra, município de Formosa da Serra Negra/MA



Fonte: Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra (2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 é de 0,556, a longevidade chegava a 0,774, o IDHM de renda 0,485 e o IDHM da educação 0,450. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDBE) no censo de 2019 contava que os alunos iniciais de rede pública da cidade tiveram nota média 5,1, já os alunos dos anos finais obtiveram a nota 4,9 (IBGE, 2010).

A economia local é baseada na agropecuária, especialmente com os cultivos de arroz, milho, feijão e mandioca nas lavouras temporárias; e também na pecuária como a bovinocultura de corte e leiteira para consumo das famílias, além das criações de ovinos, caprinos, suínos e aves, há também outras atividades econômicas que alimentam o comércio local, tais como o comércio varejista, lojas de eletrodomésticos, produtos agropecuários entre outros. O Produto Interno Bruto (PIB), do município é de 7.631,71 R\$ de acordo com o censo de 2019.

O bioma predominante é o cerrado, rica em atrativos turísticos como cachoeiras entre outros, atualmente a cidade está inserida na região do parque nacional das chapadas das mesas, com clima e vegetação característica do sertão maranhense e com um regime pluviométrico dividido em período chuvoso que vai de novembro a abril e seco que se estende entre os meses de maio a outubro. Conforme Correia Filho, Gomes, Nunes e Lopes Filho (2011 apud FEITOSA, 2006) “O relevo na região é formado pelo planalto central maranhense que se caracteriza pelo domínio de formas dissecadas pela superimposição da drenagem formando topos tabulares com bordas abruptas que decaem para colinas de declividade média a alta.” O município está inserido nos domínios da Bacia sedimentar do Parnaíba e em relação a hidrografia o mesmo faz parte da bacia hidrográfica dos rios Itapecuru e Mearim, devido os rios Grajaú e Alpercatas que drenam suas áreas serem seus afluentes.

## 2.2 Procedimentos metodológicos

O desenvolvimento desta pesquisa partiu da análise da agricultura camponesa e o desenvolvimento rural do povoado Varjota, município de Formosa da Serra Negra-MA. A decisão de optar pelo povoado Varjota como foco central deste estudo se deu especialmente, pela minha proximidade com o local, nascida e criada nesta localidade, identificou-se que a região tem muito para se explorar.

Desta forma a pesquisa realizou-se em etapas, na primeira parte desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica que foi debruçada em livros, periódicos, artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses sobre o tema abordado, a fim de conhecer

melhor a temática em estudo. “A pesquisa é a atividade nuclear da Ciência. Ela possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 33).

Adotou-se a quali-quantitativa, pois da mesma forma que buscamos estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos, assim como suas relações sociais, também buscou-se expressar dados concretos e quantificáveis para o resultado da pesquisa. “Embora possamos contrastar os métodos quantitativos e qualitativos enquanto associados diferentes visões da realidade, não podemos afirmar que se oponham ou que se excluam mutuamente como instrumentos de análise” (NEVES, 1996, p. 2). De acordo com Neves (1996):

O desenvolvimento de um estudo de pesquisa qualitativa supõe um corte temporal-espacial de determinado fenômeno por parte do pesquisador. Esse corte define o campo e a dimensão em que o trabalho desenvolver-se-á, isto é, o território a ser mapeado” (NEVES, 1996, p. 1).

Por isso, optou-se pelo povoado Varjota do município de Formosa da Serra Negra-MA, para a base da pesquisa. Tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa oferecem ao pesquisador inúmeras possibilidades de investigação para pesquisa científica.

Assim, como visto até aqui, tanto a pesquisa quantitativa quanto a pesquisa qualitativa apresentam diferenças com pontos fracos e fortes. Contudo, os elementos fortes de um complementam as fraquezas do outro, fundamentais ao maior desenvolvimento da Ciência (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.36).

A determinação do fenômeno a qual Neves (1996) destaca foi a categoria território, pois objetivou-se compreender as transformações ocorridas na agricultura camponesa ao longo dos anos. Na segunda parte da pesquisa foram aplicados os roteiros de entrevistas abertos junto aos camponeses do povoado Varjota, com intuito de conhecer sobre suas produções de alimentos, técnicas de plantio, comercialização, recursos naturais do território e como estas variáveis incidem no desenvolvimento rural do povoado.

Desta forma foram entrevistados 12 camponeses do povoado Varjota, os mesmos foram escolhidos baseado no seguinte critério, ser residente fixo no povoado há mais de 10 anos e apresentar características de agricultores camponeses, quais sejam: produzir alimentos para o consumo da própria família e comercializar o excedente, o período da aplicação das entrevistas foi de abril a maio de 2022. Nesta etapa foram utilizadas ferramentas, como caderno de campo, prancheta, folhas de papel A4 para anotações das observações in loco e registros fotográficos.

O trabalho de campo tem a finalidade de fomentar a pesquisa:

Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno” (GODOY, 1995, p. 21).

Os dados e informações secundárias utilizados para fomentar a pesquisa foram obtidos através de fontes documentais, anuários estatísticos e censos, os quais possibilitaram conhecer melhor a realidade do local da pesquisa e o modo de vida camponês. Na última etapa foi realizada a análise de dados a luz dos teóricos. Os dados obtidos em campo foram espacializados por meios de gráficos. Dessa forma, os dados obtidos em campo foram sistematizados, analisados e comparados.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A agricultura camponesa no Brasil tem sua origem marcada por lutas e resistências em busca do território. Desde o processo de povoamento do território brasileiro identifica-se as desigualdades na distribuição de terras, fatores políticos e econômicos foram os que mais contribuíram para essa desigualdade de distribuição, “De um lado, imensos lotes doados aos nobres e, do outro lado, pequenos lotes doados a pessoas com poucos recursos” (RIBEIRO; SANTOS; ALMEIDA, 2018, p. 606).

Desse modo a formação do campesinato ocorreu principalmente a partir de famílias que tinham uma pequena condição financeira, e que mesmo assim buscavam uma forma de produzir alimentos para sua própria subsistência, com os meios que possuíam. E por muitas vezes em terras que não eram suas. “ Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (MARQUES, 2008, p. 60).

No âmbito desta unificação de grupos sociais, podemos afirmar que a constituição das relações camponesas, em todo o seu contexto histórico, foi marcada por fortes vínculos com a luta pela terra, o trabalho coletivo, o associativismo/cooperativismo, os conhecimentos populares, a valorização do sujeito, a agroecologia e a produção sustentável e, por isso, a (agri)cultura camponesa ainda resiste e caracteriza boa parte do campo brasileiro, seja pelas suas raízes históricas, seja pela resistência às influências do capital, pela não sujeição ao modo de vida urbano-industrial (MORAIS, 2018, p. 21-22).

Nessa mesma perspectiva Wanderley (1996) afirma que o processo de construção do espaço camponês no Brasil se caracterizou pela precariedade em sua estrutura, assim não atendia nem as necessidades do seu sistema de produção.

Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. Interessa, portanto, saber, que condições ele encontra - estímulos ou obstáculos - e de que maneira os absorve ou os supera em sua trajetória (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Portanto, a agricultura camponesa é conhecida como uma das formas de produção de alimentos mais antigas e existentes até hoje.

O campesinato representa uma das formas de produção agrícola mais antiga do mundo. Desde a Idade Média esta forma de produção está presente, a forma de plantar os seus alimentos, a forma da sua produção que permanece até os dias atuais, sendo que por muito tempo foi a única forma de produzir alimentos (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p. 2).

Segundo Wanderley (2009) podemos entender o campesinato entre duas proporções distintas, mas que se completam respectivamente, a primeira diz respeito a forma como ele se constitui historicamente, se é uma civilização ou uma cultura.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis. Dessa forma, o processo de transformação do campesinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade. Resta saber, em cada momento, de que sociedade englobante e de que campesinato se trata e como este se integra àquela (WANDERLEY, 2009, p. 187).

A segunda proporção se restringe a forma social particular de organização da produção que tem como centro a família.

Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2009, p. 187).

O campesinato agrega valores culturais que em muitas famílias são passados de geração em geração, não é apenas a construção de um meio de produção, são formas sociais de trabalho que estão em toda parte e tem como centro a família. “A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais” (MARQUES, 2008, p. 60).

Marques (2008) ainda ressalta que:

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2008, p. 58).

O conceito de campesinato pode ser compreendido de muitas formas, assim como o conceito de camponês, que por sua vez é o principal agente nesse processo de produção “Os camponeses sabem em qual lua é melhor cultura ou a cortar alguma madeira, sabem também os dias que são resguardados aos santos de devoção” (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p. 4). Segundo Marques (2008).

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira (MARQUES, 2008, p. 60).

Salienta-se que o camponês não se constitui como trabalhador assalariado, mas que produz seu próprio meio de sobrevivência, “A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo” (PAIVA, 2009, p. 39). O trabalho que ele exerce para conseguir seus meios de subsistência é organizado de forma árdua e sempre buscando alternativas para melhorar sua produção que se baseia na maioria das vezes nas necessidades de suas famílias.

Os camponeses instauraram na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais (WELCH; MALAGODI; CAVALCANTI; WANDERLEY, 2009, p. 13).

Destaca-se um dos pontos mais importantes na história de vida das lutas camponesas que [...] “ está centrada no esforço para constituir um “território” familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores (Wanderley, 1996, p.11). A agricultura camponesa conta com um difícil acesso às políticas públicas, em relação a agricultura familiar, ambas são semelhantes, mas se diferem em alguns aspectos, um desses fatores está no objetivo de suas produções, conforme Paiva (2009).

Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa (PAIVA, 2009, p.39).

Apesar de ambas ter em comum a família como centro no processo de produção, dentro da agricultura familiar é possível encontrar vários tipos de agriculturas, que se voltam para a produção capitalista do mercado. Gaspareto, Karnopp e Deponti (2016) afirma que:

Neste sentido, entende-se que a agricultura camponesa pode ou não estar inserida no universo da agricultura familiar, o que não se pode afirmar o contrário. Tem-se dito que uma das questões que diferencia a agricultura camponesa das demais está no seu jeito de se inserir no contexto global do capital, seus objetivos econômicos e as experiências de sociabilidade que ela possibilita (GASPARETO; KARNOPP; DEPONTI, 2016).

Nesse mesmo sentido Ghizelini e Araguão (2019) ressaltam que o campesinato pode ser entendido como uma forma de agricultura familiar, porém nem toda agricultura familiar é a expressão do modo de vida do camponês.

Agricultura familiar e campesinato estão mediados por relações que extrapolam a produção, pois passam pelo padrão tecnológico da produção, pelas relações familiares, pela relação com o conhecimento técnico-científico, pelas relações com os mecanismos de comercialização, pelas relações com a sociedade envolvente, enfim, a compreensão de como a agricultura de base familiar vem se organizando e se reproduzindo social, política e economicamente deve ser compreendida num contexto pensado e realizado enquanto um modo de vida, e não meramente como um padrão produtivo que sofre as consequências do capitalismo moderno (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 108).

O que difere a agricultura camponesa das demais está na organização do trabalho, na familiaridade que o camponês tem com o espaço que ele trabalha, o meio rural não é só um espaço de produção, mas um espaço de vida. É importante salientar que ser camponês não corresponde a uma profissão, mas um modo de vida. Conforme Ploeg (2009). “O contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva é associado, no modo de produção camponês, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo de produção” (PLOEG, 2009, p. 28).

Ploeg (2009) ainda ressalta que:

No modo de produção camponês, o crescimento se realiza, no plano da unidade de produção, com base o processo de trabalho. Crescimento é um resultado da produção realizada em ciclos prévios e também no ciclo corrente. Isso pode ser chamado de “crescimento autônomo” ou “orgânico”. Pode igualmente ser caracterizado como “impulsionado pelo trabalho” (especialmente quando o aprimoramento dos principais

recursos no e através do processo de trabalho é levado em conta). Assim, o crescimento ocorre na forma de uma intensificação: com os recursos disponíveis, uma produção maior é realizada (colheitas são maiores), enquanto no longo prazo mais recursos podem ser criados no interior – ou obtidos com os resultados – do processo de trabalho (PLOEG, 2009, p. 34-35).

Ressalta-se a conexão que o camponês tem com o território que ele trabalha, o meio rural representa para si um local de resistência, de luta, de autonomia, de identificação de sua própria cultura e de laços familiares. “O território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável” (MEDEIROS, 2009, p. 217).

Mas como todo espaço está sujeito as transformações, o camponês vem passando por constantes transformações no campo, porém permanecem com as raízes do campesinato desempenhando seu papel. “O camponês não está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados (PLOEG, 2009, p. 41).

No entanto, a condição camponesa e o associado modo de produção camponês não representam um momento estático – trata-se também de um fluxo coerente e estrategicamente organizado que se desdobra ao longo do tempo: o presente se constrói sobre o passado e a situação atual irá se traduzir em uma próxima, a não ser que surjam revezes de força maior. Durante – e parcialmente devido a – tais fluxos, a aparência imediata do campesinato pode mudar consideravelmente. O padrão básico, no entanto, permanece o mesmo. Assim, as definições desenvolvidas cobrem as diferenças no tempo (PLOEG, 2009, p. 40).

O desenvolvimento de áreas rurais pode ser entendido de diversas maneiras, depende de como entende-se o que vem a ser esse desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento rural é uma controversa do que muitos imaginam. Nesta pesquisa, adota-se o conceito de desenvolvimento rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). “O conceito de desenvolvimento rural não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo” (CONDRAF, 2013, p. 13). Geralmente o termo desenvolvimento rural é relacionado como uma suposta industrialização do campo, visto que o desenvolvimento sugere inovar para melhorar a qualidade vida.

O desenvolvimento está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e

simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização etc, a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades - de emprego, geração de renda, saúde, educação etc (CONDRAF, 2013, p. 13).

Da mesma forma entende-se que o rural não é apenas um espaço ao inverso do urbano, mas:

Nessa concepção, o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes. (CONDRAF, 2013, p. 13-14).

O desenvolvimento rural é entendido de muitas formas pelos camponeses, para alguns é a modernização que chega ao campo, para outros apenas oportunidades para inovar. Segundo Kageyama (2004) o desenvolvimento rural é visto como um aglomerado de forças internas e externas que variam em relação as regiões.

O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

É necessário enfatizar que as transformações ocorridas na organização espacial da agricultura camponesa, não a desestruturou ao longo dos anos. Conforme Wanderley (2009).

Em primeiro lugar, o campesinato, mesmo tendo perdido a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, continua a se reproduzir nas sociedades atuais integradas ao mundo moderno. Pode-se identificar, portanto, em diversos países, na atualidade, setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir, quanto em sua vida social (WANDERLEY, 2009, p. 164).

Uma característica que define essa lógica é que o agricultor camponês mora no mesmo local em que produz, sendo assim sempre haverá um sítio ou alguma propriedade rural em que os proprietários plantam alimentos para suprir suas necessidades e se possível comercializa-los afim de uma renda extra. “O campesinato foi, e ainda é, historicamente predominante nas sociedades tradicionais.” (WANDERLEY, 2009, p.163).

Nesse mesmo contexto Marques (2008) afirma que.

A relação dialética entre elementos constitutivos da tradição e da modernidade perpassa toda a sociedade brasileira e está relacionada aos processos que caracterizam o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. Não se pode afirmar um

destino pré-determinado para o campesinato em nossa sociedade. O destino desta classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota em face dos possíveis historicamente determinados (MARQUES, 2008, p. 60).

A relação que o camponês tem com a terra nesse processo de produção é que torna essa categoria de produção diferente, estabelecem relações de poder e às vezes de conflitos nos territórios que ocupam. O mesmo é visto como lugar de constantes transformações e apresenta valores econômicos e simbólicos, para os camponeses. “O território significa identidade, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza” (SAQUET, 2007, p. 71).

O território pode ser compreendido de várias maneiras conforme Saquet (2007).

No território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdo. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Para Medeiros (2009), não podemos trabalhar com o território sem estudar o espaço, pois os dois se complementam, “O espaço e o território não podem ser dissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize” (MEDEIROS, 2009, p. 217).

Nessa mesma perspectiva Raffestin afirma que, “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1980, p. 143).

Para Medeiros (2009).

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2009, p.217).

Os camponeses estabelecem relações de conflitos nos territórios que eles ocupam, certamente em busca de conquista de território [terra para morar, plantar e alimentar a família], muitas vezes dificultados pelos agentes do território que detém o poder. “Esse poder, que

emerge dos interesses e conflitos no território, é uma categoria central para a compreensão da dinâmica socioespacial” (MORAIS, 2018, p.42).

Nesse sentido Raffestin (1980) afirma que.

O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação (RAFFESTIN, 1980, p. 58).

E continua,

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação (RAFFESTIN, 1980, p. 58).

O território apresenta inúmeras concepções e é visto como trunfo político, “O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos (RAFFESTIN, 1980, p. 60).

O conceito de território se apresenta enquanto elemento chave para a compreensão dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais vivenciados pela sociedade, devido à possibilidade de sua utilização para além de um sentido físico, rígido, demarcado, isto é, devido a sua dimensão simbólica, fruto das relações que se apresentam e/ou são estabelecidas durante esses processos (MORAIS, 2018, p. 40).

Para os camponeses o território é o lugar de construção de culturas, modos de produção, “[...]os camponeses utilizam o território para a produção de alimentos visando o autoconsumo; e por outro lado, é também um espaço onde vivem, com suas crenças, tradições, constituindo modos de vida” (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p. 3-4).

Ressalta-se a importância que a categoria território exerce no ensino da Geografia, para a compreensão do espaço é necessário um estudo do território, assim como todos os processos de transformação e construção do espaço geográfico. De acordo com Morais (2018).

É na perspectiva da construção de um conhecimento crítico e contra-hegemônico da Educação do Campo que se insere a Geografia. Seus objetivos enquanto disciplina são o resgate, o entendimento e a valorização da identidade dos sujeitos, possibilitando às comunidades uma melhor compreensão do lugar e da realidade em que vivem (MORAIS, 2018, p. 25).

Morais (2018) acrescenta que:

A contextualização dos temas da Geografia com as formas de trabalho, de uso e luta pela terra, com as tradições culturais, os modos de vida, as contradições existentes, os diferentes projetos de desenvolvimento do campo, entre outros, precisa reportar-se à valorização da Educação do Campo e das Escolas do Campo e, prioritariamente, reconhecer os sujeitos do campo como seres históricos, pertencentes a espaços e tempos distintos, com conhecimentos e vivências próprias. Mesmo em suas especificidades, é necessário compreendê-los enquanto fundamentais ao processo educativo e, de forma mais ampla, ao processo de formação e constituição do território camponês (MORAIS, 2018, p. 26).

Por tanto, o ensino da Geografia nas escolas relacionado ao campo é essencial para compreensão do sujeito ao qual mundo ele está inserido “[...] um dos papéis fundamentais desempenhados pelo Ensino de Geografia é justamente a busca por essa compreensão da realidade do sujeito, em todas as suas relações e conexões, e pelo fortalecimento da sua identidade” (MORAIS, 2018, p. 54).

É importante ressaltar que devem ser aderidas novas práticas pedagógicas com conteúdo voltado para o cotidiano de vida camponesa, assim o ensino vai mais perto da realidade possível.

A partir da adoção de práticas pedagógicas contextualizadas à vida no campo e do trabalho com temas e conteúdos fundamentais, o Ensino de Geografia auxilia no processo de (re)conhecimento e de afirmação dos sujeitos camponeses, a partir da valorização da sua história de lutas, dos seus conhecimentos, saberes e vivências, elementos fundamentais para a consolidação do território camponês em todas as suas dimensões (MORAIS, 2018, p. 54).

A construção de um estudo voltado para a agricultura camponesa e desenvolvimento rural, a qual estão inseridos alguns elementos geográficos como espaço, território, lugar, paisagem, entre outros, não se pode construir sem a Geografia, pois esta é a ponte para alcançar os objetivos deste trabalho. Conforme Morais (2018).

Tais características evidenciam o potencial da ciência geográfica e, em especial, do Ensino de Geografia e da Geografia escolar no tocante ao enfrentamento das questões postas pela Educação do Campo e sua materialização. Essa relação, por um lado, pode auxiliar no processo de fortalecimento da Educação do Campo enquanto território imaterial e da (agri)cultura camponesa enquanto território material e, por outro, fortalecer a Geografia enquanto ciência e no ensino, (re)construindo seus conceitos e conteúdos a partir da própria realidade (MORAIS, 2018, p. 60).

As escolas em si devem considerar a bagagem de conhecimentos trazidas pelos alunos, enquanto sujeitos do campo. São experiências de vida que podem ser compartilhadas com os demais, até com o propósito de ambos conhecerem a cultura um do outro e o território ao qual estão inseridos.

Nem a ciência geográfica nem tampouco a perspectiva escolar desse conhecimento podem omitir ou negligenciar os povos do campo. Ao contrário, devem, em conjunto

com eles, auxiliar na materialização de uma Educação do Campo comprometida com o espaço de lutas campesino (MORAIS, 2018, p. 63-64).

A Geografia exerce esse papel de mostrar ao aluno o mundo ao qual pertence, além de despertar o pensamento espacial.

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BRASIL, 2018, p. 359).

É no território que ocorrem as transformações, assim esse estudo buscou-se compreender a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural nos territórios de luta e resistências do povoado Varjota. “O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades” (SAQUET, 2007, p.56).

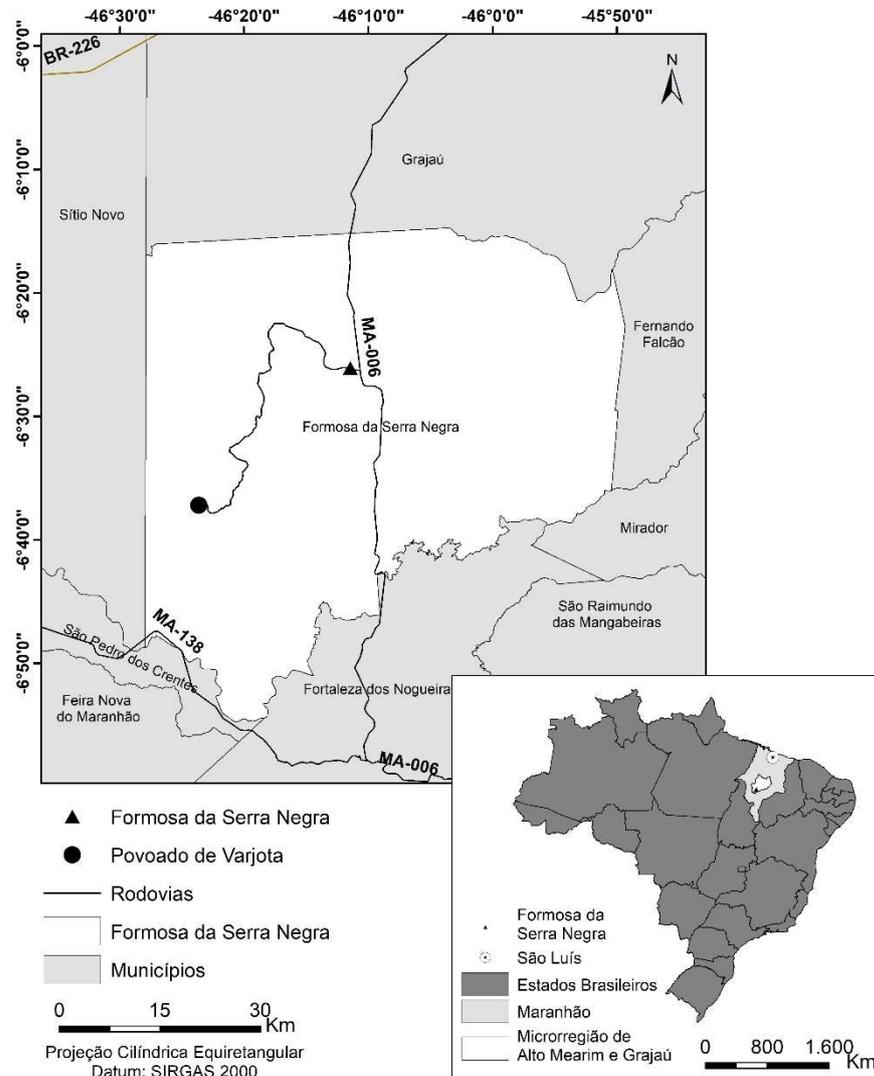
Nesse mesmo viés, Cunha e Antonello (2020) abordam que o território é um dos principais conceitos central da Geografia, e conjectura sobre a espacialidade humana. Por tanto várias áreas do conhecimento se apropriam desse conceito segundo suas perspectivas. “O conceito de território é utilizado em uma série de casos que apresentam desde sua manifestação mais materialista até a mais cultural e simbólica” (CUNHA; ANTONELLO, 2020, p. 3).

O estudo da agricultura camponesa nos permite conhecer a formação de territórios, paisagens, economia e as relações de sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural. Desse modo [...] estudar a evolução dos sistemas agrários torna possível compreender o seu funcionamento atual e inferir sobre suas tendências no futuro (FERNANDES, 2014, p.52).

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O povoado Varjota está localizado a 55 quilômetros do perímetro urbano da cidade de Formosa da Serra Negra-MA. O acesso ao povoado é feito por uma estrada vicinal que dá acesso também a outros povoados do município. Na maioria do tempo [a estrada] se encontra em péssimas condições, exclusivamente nos períodos chuvosos, que vai de novembro a abril de cada ano. O povoado Varjota se localiza no extremo Oeste do município de Formosa da Serra Negra, próximo da divisa com o município de Sítio Novo, sendo mais próximo da cidade de São Pedro dos Crentes, do que da sede do município que pertence (Figura 3).

Figura 3. Localização geográfica do povoado Varjota, Formosa da Serra Negra/MA.



Fonte: GeoPaisagem/UFNT.

A história do povoado teve início no século XIX, entre os anos de 1870 e 1880, quando o senhor Malaquias Miranda e a senhora Bertulina assim como eram conhecidos mudaram-se para a região. Os mesmos adotaram dois filhos, o senhor José Francisco Martins Jorge, conhecido como Zé Canuto, nascido no ano de 1911, e o senhor Maximino da Silva Ramos nascido no ano de 1895, os quais deram continuidade ao povoamento da região. Estima-se que a área que lhes pertencia chegava a cerca de 1.150 hectares, banhada pelo rio Grajauzinho e outros córregos, as terras eram férteis e apropriadas para o plantio (A. M. J. S., 2022).

A primeira obra pública recebida no povoado Varjota foi um poço cacimbão, por volta do ano de 1993 emenda do vereador Antônio Arruda, na gestão da prefeita Lenilce Maria Sá de Arruda, quando a região de Formosa ainda era município de Grajaú. Já no ano de 1999 o povoado recebe uma usina de beneficiamento de arroz e um trator, na gestão do primeiro prefeito de Formosa da Serra Negra, o agropecuarista Juscelino Martins de Oliveira. Esses benefícios contribuíram muito para a melhoria de vida da população, antes da usina o arroz era pilado no pilão utilizando a força braçal (M. E. A. R., 2022).

Uma boa parte da população do povoado são descendentes do senhor Maximino, como a senhora J. P. S. S. (2022), neta de Maximino, que em entrevista concedida retratou um pouco da história do povoado, lembrou as feiras livres que ocorriam e que recebiam gente de toda região da Serra Negra. As feiras foram iniciadas pelo senhor Zé Canuto Filho de Malaquias, por volta do ano de 1970, em entrevista com um de seus netos, o senhor Antônio Maria, lembrou a trajetória de seu avô, e diz que as feiras eram naquela época um entretenimento da região e também onde comercializavam suas especiarias.

O povoado recebeu este nome devido ser o nome da fazenda dos primeiros moradores e também pela região ser cheia de várzea (Figura 4). Em dados levantados em campo, por meio das entrevistas e observações *in loco*, constatou-se que o povoado Varjota abriga cerca de 175 famílias e aproximadamente 550 habitantes, que vivem basicamente do trabalho da agricultura camponesa e pecuária, ou em alguns casos, trabalham no serviço público.

A infraestrutura do povoado Varjota é composta por um núcleo rural e um urbano (Figura 5) que possui uma escola que atende dos primeiros anos iniciais até o ensino médio; uma igreja católica devota de nossa senhora Aparecida com os festejos realizados tradicionalmente no mês de outubro e outra igreja evangélica; duas farmácias; um posto de saúde, o mesmo recebe o nome do senhor Maximino; três supermercados; um posto de gasolina; uma academia; seis lanchonetes; um restaurante; duas serrarias; uma serralheria; três oficinas mecânicas; duas casas agropecuárias na qual uma possui um caixa Bradesco o que permite a

realização de saques, depósito e pagamentos de boletos; três açougues; uma quadra de esportes; um salão de beleza; perfumarias entre outros.

Figura 4. Vista panorâmica do Povoado Varjota.



Fonte: Geo Ambiental, 2019.

Figura 5. Avenida Arthur Bezerra, Povoado Varjota.



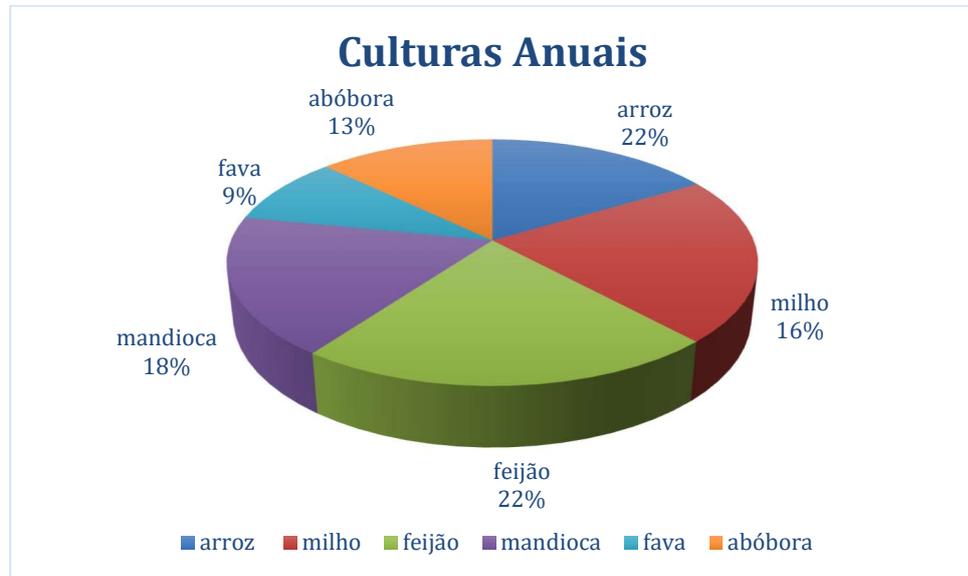
Fonte: Ramos, 2022.

Quanto as atividades agrícolas produzidas no povoado Varjota, no núcleo rural, estas são bem diversificadas. “As atividades agrícolas sempre foram uma forma de assegurar a sobrevivência da espécie humana pela garantia da oferta de alimentos (POZZEBOM; LUDTKE; RAMBO; GAZOLLA, 2015, p. 2). Os camponeses do povoado Varjota produzem principalmente os alimentos que são mais consumidos pelas suas famílias tais como: arroz, feijão, mandioca, milho, frutas e hortaliças e também pequenas criações de aves, suínos e bovinos que além de ajudar na renda são produzidos para o autoconsumo. De acordo com Pozzebom, Ludtke, Rambo e Gazola (2015, p. 17):

O autoconsumo é uma prática comum entre os agricultores familiares [camponeses]. É uma forma de consumir alimentos com garantia de procedência e também de economia financeira ao possibilitar o acesso a outros consumos com o dinheiro que deixa de ser gasto com a aquisição de alimentos.

Dentro da produção de alimentos do povoado Varjota temos as culturas anuais que são conhecidas como culturas de ciclo curto, pois finalizam seu ciclo produtivo em um ano ou em até menos tempo. Em dados obtidos em pesquisa de campo, observou-se que 22% dos camponeses entrevistados cultivam arroz, assim como também 22% cultivam feijão, 16% produzem o milho, 18% produzem mandioca, esta raiz é usada essencialmente para fabricação de farinha, 13% dos camponeses cultivam abóbora e 9% cultivam fava (Gráfico 1 e Figuras 6, 7 e 8). Ambos os alimentos são produzidos para alimentação das famílias, em alguns casos são comercializados os excedentes, quando a família ver que não vai fazer falta a própria mesa.

Gráfico 1. Culturas anuais produzidas no povoado Varjota/MA.



Fonte: Ramos, 2022.

Observa-se que entre os 12 camponeses entrevistados todos eles cultivam arroz e feijão, que são os alimentos mais comuns na mesa do brasileiro. E que o milho e a mandioca também são bastante cultivados. A mandioca é transformada em farinha (Figuras 9 e 10).

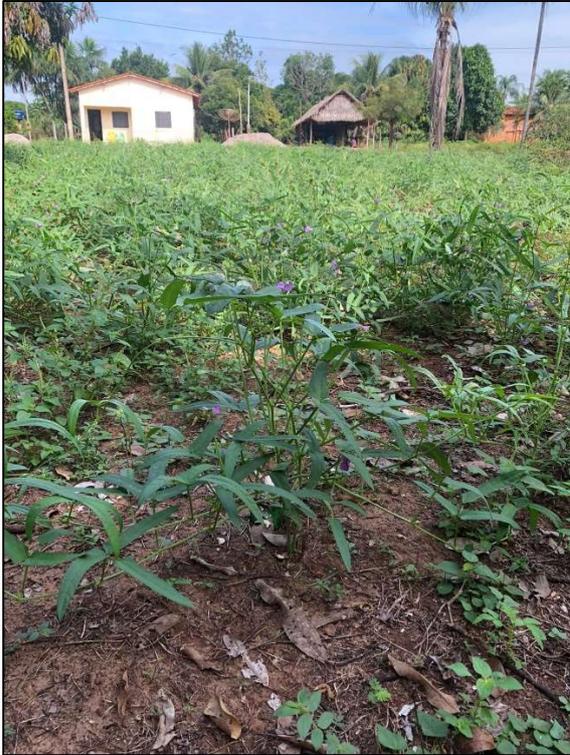
O consumo de arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas tem como consequência natural o estímulo da agricultura familiar [camponesa] e da economia local, favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir e contribuindo para promover a biodiversidade e para reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos (BRASIL, 2014, p. 31).

Figura 6. Plantação consorciada de arroz e milho no povoado Varjota/MA.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 7. Plantação de feijão nos arredores da residência familiar.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 8. Consórcio de feijão e mandioca nos arredores da residência familiar.



Fonte: Ramos, 2022

Figura 9. Casa onde se fabrica a farinha.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 10. Farinha pronta para o consumo.



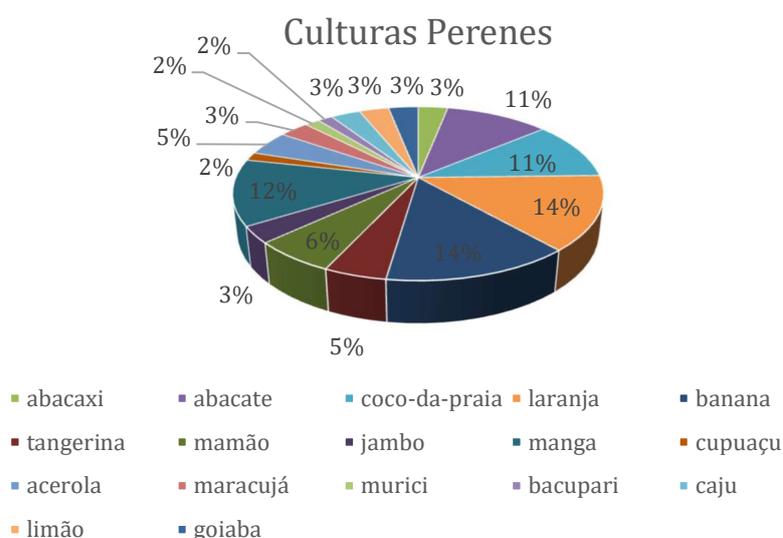
Fonte: Ramos, 2022.

Observa-se nas figuras 7 e 8 que os camponeses utilizam seus próprios quintais para plantar o feijão e a mandioca e também algumas árvores frutíferas com exceção os que não possuem esse espaço. Os camponeses além de plantar, também constroem seus locais de produção, assim como é o caso do processo da mandioca utilizada com frequência na fabricação de farinha (Figuras 9 e 10). “Os saberes e práticas tradicionais têm relevância na manutenção das atividades desenvolvidas pelas famílias, entretanto, vêm sofrendo alterações pela integração com os complexos agroindustriais, bem como, pelas relações próximas com o espaço urbano (FERNANDES, 2014, p.144).

Já a culturas perenes produzidas no povoado Varjota são inúmeras, essas podem ser entendidas como culturas de ciclo de longo, que após a colheita não é necessário refazer o plantio. Entre as mais produzidas no povoado estão: abacate, banana, laranja, coco-da-praia, mamão, manga, acerola, maracujá, abacaxi, tangerina, jambo, cupuaçu, limão, murici, bacupari, goiaba, caju (Gráfico 2). Ambos são utilizados para o autoconsumo e também comercializados por alguns camponeses em forma de polpas de frutas e seus derivados. De acordo com Fernandes (2014),

Mesmo estando sob os parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de disporem de seus meios de produção, segundo a lógica interna de funcionamento das unidades camponesas, principalmente no que diz respeito à manutenção da produção de alimentos para o autoconsumo. A produção para o autoconsumo não gera rendimentos monetários diretos, ela representa uma economia de renda para os agricultores familiares camponeses, pois evita gasto com a compra de alimentos no mercado (FERNANDES, 2014, P. 31).

Gráfico 2. Culturas perenes produzidas no povoado Varjota/MA.



Fonte: Ramos, 2022.

No gráfico 2 pode-se observar que as culturas perenes mais produzidas entre os camponeses do povoado Varjota são a laranja (*Citrus sinensis*) e a banana (*Musa*) ambas representando 14% da produção. Em seguida vem a manga (*Manguífera indica*) representando 12% da produção, o abacate (*Persea americana*) e o coco-da-praia (*Cocos nucifera* L) ambos correspondendo a 11% da produção (Figuras 11 a 16).

Figura 11. Coco-da-praia



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 12. Pé de laranjeira.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 13. Plantação de Bananas.



Fonte: Araújo, 2022.

Figura 14. Cacho de Bananas.



Fonte: Araújo, 2022.

Figura 15. Mamão e Abacate.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 16. Pé de mamão e maracujá.

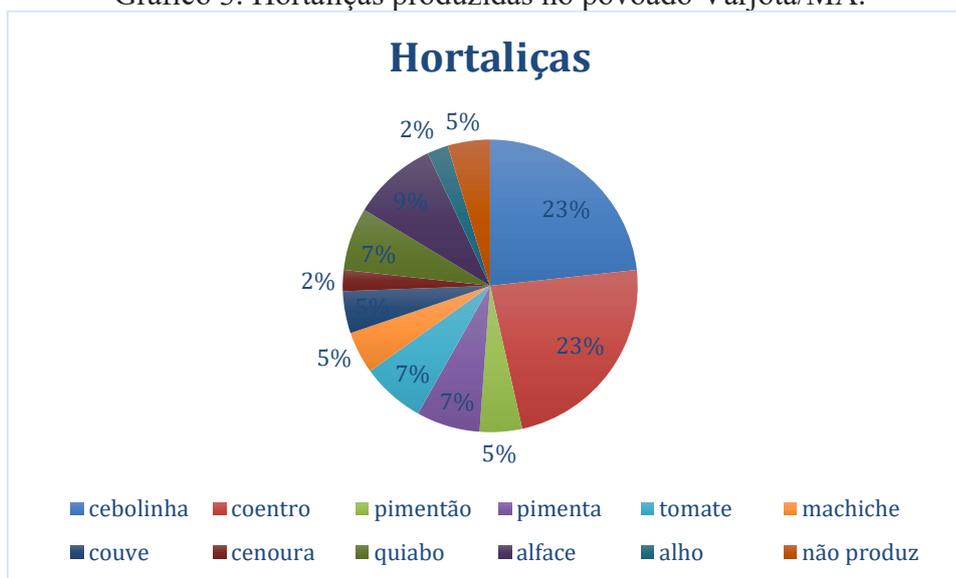


Fonte: Ramos, 2022.

A produção de hortaliças no povoado Varjota é especificamente para o autoconsumo, visando suprir as necessidades da família. De acordo com Rodrigues (2012, p. 7).

Consideradas alimentos reguladores, as hortaliças são fundamentais para fazer o organismo funcionar de maneira adequada e harmônica. Se compararmos o corpo humano com uma máquina, as hortaliças seriam os lubrificantes que fazem as engrenagens trabalharem de maneira ajeitada e sem trancos.

Gráfico 3. Hortaliças produzidas no povoado Varjota/MA.



Fonte: Ramos, 2022.

Sobre os dados referentes a produção de hortaliças pelos camponeses, dos 12 camponeses entrevistados, 24% produzem cebolinha, a mesma porcentagem se aplica a produção de coentro, 10% produzem alface, 7% dos camponeses cultivam pimenta de várias espécies, sendo a mais comum a pimenta de cheiro utilizada como tempero e a pimenta malagueta, outros 7% cultivam o quiabo, e outros 7% cultivam o tomate, a couve representa 5% da produção e é pouco cultivada, assim como maxixe que representa 5%, a cenoura 2%, o pimentão 5% e o alho 2%, e apenas 5% dos camponeses não produzem nenhum tipo de hortaliça.

Cultivar hábitos saudáveis é uma medida que ajuda na prevenção de várias doenças como colesterol, além de consumir alimentos livre de agrotóxicos, são utilizados alguns adubos orgânicos pelos camponeses, como o estrume de vaca e do bode, folhas de mangas queimadas, serragem de madeira, e a terra que se forma quando um coqueiro cai e se decompõem conhecida como paú (Figura 17). “É uma questão de medida preventiva: o consumo de hortaliças desde muito novo fortalece o organismo e retarda os processos que acarretam em doenças degenerativas que, atualmente, manifestam-se cada vez mais cedo (RODRIGUES, 2012, p. 8).

Figura 17. Cenouras com adubo de “paú” (A e B).



Fonte: Ramos, 2022.

Quando questionados sobre a utilização da biodiversidade local, todos os camponeses entrevistados ou seja 100% utilizam a biodiversidade local. Sendo as principais utilizadas são: coco babaçu (*Attalea Speciosa*), e o buriti (*Mauritia flexuosa*). Entre os 12 camponeses entrevistados, todos utilizam o babaçu para fazer carvão, apenas 50% utiliza-o para fabricação do azeite, que é produzido para o autoconsumo e para a comercialização. Porém, o babaçu pode ter diversos destinos, assim como para a indústria de cosméticos.

A utilização do babaçu não se limita ao fruto, as folhas das palmeiras são utilizadas na cobertura de casas, assim como em janelas, portas, cercas, gaiolas, cestos, peneiras e esteiras, podendo também servir de alimento para o gado e adubo para as plantações. O mesocarpo de babaçu (massa do coco que está localizada logo depois da casca do fruto) é a principal matéria-prima para o desenvolvimento da farinha de mesocarpo, destinada à alimentação humana, complemento alimentar importante, principalmente para crianças desnutridas e mulheres gestantes (SCHWARTZ, 2017, p. 54).

Atualmente não há no povoado Varjota muitas casas cobertas pelas folhas da palmeira do babaçu, mas antigamente quase todas eram feitas cobertas de palha e tapadas com barro ou tábuas. O azeite do babaçu é um produto bastante procurado devido não ser produzido em grandes quantidades. Segundo a camponesa M. I. S. S. (2022) quebradeira de coco babaçu da região, “quebrar o coco eu aprendi desde criança, as vezes eu digo que não vou mais mexer com azeite, aí eu vou juntando os cocos para fazer carvão e vejo uns cocos bom e vou separando, tenho pena de queimar e vou deixando lá quando vejo já tem um monte grande e vou quebrar, e eu vendo o garrafão de 2 litros por R\$ 60,00 reais”.

Os principais instrumentos até hoje utilizados para a quebra são um pedaço de pau, conhecido como “porrete” e o machado como forma de aumentar o rendimento econômico da ariscada prática de quebrar o coco, vários equipamentos ou máquinas mecânicas foram desenvolvidos, mas sem a aprovação e incorporação pelas

quebradeiras, pois por mais que se faça uma seleção dos cocos antes do processo, os frutos não apresentam as mesmas conformidades. Ainda se busca uma tecnologia capaz de facilitar a prática, que propicie e valorize o trabalho das quebradeiras (SCHWARTZ, 2017, p. 63).

O coco babaçu também é bastante utilizado na culinária da região, o leite extraído de suas “bajas” é usado principalmente em caças ou peixes. O buriti é utilizado por 83,33% dos camponeses especialmente para o consumo, 16,66% dos camponeses entrevistados utilizam o buriti tanto para o consumo como para fabricação de doces, geladinhos, e tirar o próprio azeite para comercializá-los. “O quilo do doce eu vendo por R\$ 25,00 reais e o azeite em uma pitchulinha daquelas de 200 ml eu vendo de R\$ 50,00 reais (M. I. S. S. 2022).”

Figura 18. Povoado Varjota cercado de Babaçuais.



Fonte: Geo Ambiental, 2019.

O azeite do buriti é utilizado também pelos camponeses como um medicamento que serve como contraveneno, e para o tratamento de queimadura. Algumas das plantas medicinais que também são bastante utilizadas no povoado Varjota é o boldo que auxilia principalmente no sistema digestivo, o mastruz usado para fortalecer o sistema imunológico e contra vermes intestinais, o algodão que é utilizado como anti-inflamatório, a malva do reino que ajuda com os sintomas da bronquite, assim também como o chá da folha do limão, a babosa utilizada para prisão de ventre e outros, o chá da folha de quebra pedra que trata e previne a formação de pedra nos rins, a erva cidreira utilizada principalmente melhorar a qualidade do sono e diminuir a

pressão arterial, a erva santa maria, hortelã, terramicina, capim de cheiro, erva-doce, entre outras (Figuras 20 e 21).

Figura 19. Malva do reino e gengibre.



Fonte: Ramos, 2022.

Figura 20. Boldo.



Fonte: Ramos, 2022.

Em relação as técnicas utilizadas para o plantio no povoado Varjota, 83,33% dos camponeses utilizam técnicas manuais como derrubada a foice e machados, logo em seguida é feito a queimada do local e após juntam-se os restos de madeiras que não foram totalmente queimados em “coivaras”, as vezes essas madeiras são utilizadas para fazer carvão. Em seguida os camponeses esperam um determinado tempo limpam o local com enxadas e facões, e fazem o plantio em matracas manualmente, esse trabalho é feito pelos membros da família e as vezes os camponeses fazem as trocas de diárias entre si, assim ajudam uns aos outros. Segundo Fernandes (2014).

Uma marca expressiva da família camponesa é o seu coletivismo interno, expresso na organização e na divisão do trabalho, ou seja, cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme as características de gênero e idade dos membros do grupo doméstico. Todos os membros da família participam das tarefas ligadas a produção agrícola, direcionando seus esforços para a formação de um patrimônio fundiário e de reprodução do capital produtivo (FERNANDES, 2014, p. 79).

Para 16,66% dos camponeses entrevistados, estes utilizam máquinas como trator para fazerem suas derrubadas, ou para arar suas terras, mas depôs seguem o mesmo parâmetro dos

outros. A família é considerada o agente principal de todo esse processo de produção, os saberes e técnicas que são repassados de geração em geração, a forma como lidam com a terra para extrair seu próprio alimento é o que faz essa categoria tão importante. “É necessário enfatizar que, os agricultores familiares camponeses são portadores da história de seus lugares de vida, de trabalho bem como de suas estratégias produtivas (FERNANDES, 2014, p.80).

Quando questionados quanto ao uso de agrotóxicos em suas plantações, 59% dos camponeses entrevistados afirmaram que utilizam venenos, para limpar o terreno após a queimada, no entanto são utilizados com frequência apenas nas plantações de milho e arroz, os agrotóxicos não são utilizados para outros fins ou para produção de outros alimentos. “Os agricultores utilizam significativas quantidades de agrotóxicos e, em consequência, estão expostos a riscos de intoxicação em todas as fases do sistema produtivo (FERNANDES, 2014, p. 123). Outros 33% dos camponeses não fazem uso de agrotóxicos para o plantio, e conservam as práticas agroecológicas para o plantio. Ribeiro; Mendonça e Rodrigues (2012) destacam que:

Como contraponto, apresenta-se a importância das práticas agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses, pois apresentam práticas que primam pela redução das agressões ao ambiente, ao lançar um novo olhar sobre a produção no campo. A agroecologia resgata saberes passados entre gerações de camponeses e se como um campo do conhecimento que busca a utilização de práticas agrícolas que respeita os ecossistemas (RIBEIRO; MENDONÇA; RODRIGUES, 2012, p. 2).

O percentual é de 8% dos camponeses entrevistados que responderam que utilizam os agrotóxicos as vezes, porém não é com frequência (Gráfico 3).

Gráfico 4. Utilização de agrotóxicos na produção.



Fonte: Ramos, 2022.

Sobre a utilização de caldas naturais como a urina de vaca, pimenta e caldo de fumo 100% dos camponeses entrevistado não fazem uso, na região não é comum utilizar essas técnicas nas plantações. Geralmente não há muitas perdas de colheita na região, em alguns casos no arroz acontece um amarelidão, ou está plantado em terras fracas e não é feito a adubação e o arroz morre em algumas partes.

O povoado conta apenas com um poço artesiano, devido a isso o acesso à água não é tão bom no período da seca, entre os camponeses entrevistados 91,66% utilizam a água do poço artesiano, porém nem todos utilizam essa água para beber devido não ser considerada boa para o consumo, a água para o consumo vem diretamente dos poços cacimbão que muitos camponeses têm em suas residências. Somente 8,33% dos camponeses entrevistados utilizam a água exclusivamente dos poços em suas residências. 58,33 % dos camponeses tem poços em suas residências e utilizam essa água para beber e para outros fins quando a água do poço artesiano falta, as vezes acontece de a bomba queimar ou em tempos de seca o poço não suprir a demanda do povoado.

Quando os camponeses foram questionados se recebem algum apoio para comercialização, via prefeitura ou estado, 100% dos entrevistados responderam que não recebem apoio nenhum, e relataram sobre a feira que teve início no povoado, mas não teve progresso. Segundo o camponês A.C.S (2022) “no início estavam animados vendiam os lanches a população se reunia, mas depôs pararam faltou um incentivo da prefeitura nesse projeto”.

A feirinha do luar foi um projeto implementado pela prefeitura na cidade onde tem como objetivo vendas de comidas e especiarias típicas da região, a prefeitura tentou implementar também esse projeto nos povoados assim como ocorreu no povoado Varjota, mas não foi levado adiante. Sobre a comercialização dos alimentos 50% dos camponeses entrevistados comercializa algum tipo de alimento que produz como milho e seus derivados como a pamonha, feijão, farinha, azeite de coco, ovos, galinha, arroz, carne e a gordura de porco, produtos que são feitos com as frutas como o geladinho.

Todos esses camponeses comercializam seus produtos na sua própria residência familiar, os alimentos não são levados a cidade, com exceção se uma pessoa que mora na cidade fizer uma encomenda, é importante frisar que a comercialização destes produtos só ocorre quando é produzido um excedente e não vai fazer falta a família camponesa e sim ajudar de alguma forma na sua renda. “As estratégias de reprodução passam por conhecimentos desde a lida com a terra até a comercialização dos produtos excedentes (RIBEIRO; MENDONÇA,

RODRIGUES, p. 4). Os outros 50% dos camponeses entrevistados não comercializam seus alimentos produzem apenas para o consumo de suas famílias.

Sobre a renda dos camponeses entrevistados constatou-se que a maioria não recebe um salário fixo, 91,66% dos camponeses entrevistados recebem apenas o bolsa família que é um programa do governo, que varia entre R\$400,00 reais a R\$800,00 reais. Porém, os mesmos realizam outras atividades para o sustento da família como trabalhar com madeira, como pedreiro, a maioria deles trabalha como autônomo, as mulheres vendem redes, crochês, comercializam o azeite do babaçu, ovos, galinhas, etc. É comum também a venda de bezerros na região, todos os camponeses têm suas criações de gado de leite e de corte (Figura 22), sendo assim a renda das famílias camponesas chega a ser em média um salário mínimo. Apenas 8,33% das famílias camponesas entrevistadas recebem aposentadoria por idade.

Figura 21. Ao fundo da imagem criação de gado de leite e corte.



Fonte: Ramos, 2022.

Quando questionados se tem vontade de trabalhar com agricultura camponesa, 83,33% dos camponeses entrevistados responderam que não, que a agricultura camponesa é o meio de sobrevivência é através dela que é garantido a alimentação da família. Que não tem como abandonar uma cultura que vem de muito tempo atrás, que foi lhes ensinados pelos seus pais e além do mais se pararem de trabalhar com o campesinato como iriam colocar a comida na mesa de suas famílias. É o sentimento de pertencer a uma cultura e querer levar até quando poderem.

Historicamente, os homens se relacionam a partir do seu processo de produção e, principalmente, entre os homens do campo essa relação é baseada no cultivo da terra

como uma dimensão cultural que entrelaça diversos sentidos. Esses sujeitos marcam e demarcam seus territórios tendo como referências o tempo da natureza. Plantar, cuidar, presenciar e observar o crescimento da planta e colher os resultados do próprio trabalho, tem um significado político e simbólico para os camponeses, pois isso representa a eles a conquista da dignidade e uma vida com maior qualidade no campo (RIBEIRO; MENDONÇA, RODRIGUES, p.11).

Somente 16,66% dos camponeses responderam que sim, que se sentem cansados com a lida no campo, mas que não tem como deixar de produzir seus alimentos, devido as coisas no mercado estarem com os valores altíssimos, se pararem é provável que falte a mesa. Sobre a possibilidade de mudar para a cidade todos os camponeses relatam que não tem vontade de mudar para a cidade, uma vez que deixar seu lugar de origem e sofrer um processo de reterritorialização é bastante complicado. O camponês I. C. P. S. (2022) conta que “foi aqui que nasci e me criei, tive meus filhos, aqui é minha história não tem porque eu deixar minha terra, o nosso povoado é um lugar bom que a cada dia vem se desenvolvendo mais, é aqui que quero ficar até quando Deus permitir (I. C. P. S. 2022). O camponês E. A. R. (2022) ressaltou “não vejo porque mudar para cidade aqui tem tudo que a gente precisa, e quando precisa resolver uma coisa na cidade vai rápido e volta.

O sentimento pelo território é visível no olhar do camponês, [...] “o território como objeto de análise e palco onde ocorrem todas as manifestações identitárias e apropriações deste espaço. Da mesma forma que o território é um espaço de identidade, é também um lugar de poder (CUNHA; ANTONELLO, 2020, p. 8).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve o propósito de analisar e compreender a agricultura camponesa e o desenvolvimento rural praticado no povoado Varjota, município de Formosa da serra Negra-MA. O estudo desenvolvido neste território me propiciou um leque de conhecimento e muitas experiências, onde foi possível observar e entender o papel da família para a agricultura camponesa, assim como ela se manifesta no povoado, além de conhecer suas raízes históricas.

Com o estudo, verificou-se, que todas as famílias entrevistadas praticam a agricultura camponesa, no entanto, nem todas conseguem sobreviver apenas do que produzem, e por isso buscam outras alternativas para complementação da renda, um fato que evidencia isso é que os camponeses não têm apoio da prefeitura ou de outros órgãos públicos para comercialização dos seus produtos.

O campesinato é visto como meio de sobrevivência no povoado Varjota, os camponeses entrevistados relataram que mesmo tendo vontade de parar, não podem, pois, é daí que sai o alimento de suas famílias. Compreende-se que ocorreram muitas mudanças na agricultura camponesa aos longos dos anos, mas ela nunca perdeu sua essência, apesar de se encontrar em um mundo moderno e capitalista, a maioria dos camponeses entrevistados utilizam técnicas de plantio manual e preservam os aprendizados dos seus antepassados e algumas práticas agroecológicas.

Ao analisar a apropriação do espaço pelos camponeses constatou-se que o território é visto como um local de constantes transformações, é mais que um espaço de reprodução de culturas e modos de produção, tem um valor simbólico diferente para cada camponês. O desenvolvimento rural visto no território do povoado Varjota visa sempre a melhoria de qualidade de vida da população, observou-se o vínculo com o espaço que eles produzem e a relação que eles mantêm com esse espaço, que é acima de tudo portador de suas histórias de vida.

Por fim, este trabalho se tornou muito importante, uma vez que conta a história do meu lugar de origem, mostra as culturas e o modo de vida de uma população a partir da agricultura

camponesa que é ainda muito forte em várias regiões. Na pesquisa de campo identificou-se que muitos camponeses não conheciam a história do povoado, com isso espera-se que este estudo sirva como base para outras pesquisas e contribua para um registro histórico sobre o povoado Varjota.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CUNHA, Caio Cezar; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Território: uma estratégia às políticas sociais. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro/RJ, n. 36, e36573, 2020.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: Relatório Diagnóstico do Município de Formosa da Serra Negra. Teresina: CPRM- Serviço Geológico do Brasil 2011. 31p.

FERNANDES, Sibeli. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental de sistemas agrários: um estudo sobre a agricultura familiar camponesa no distrito de Santa Teresinha – Palmeira das Missões/RS**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/formosa-da-serra-negra/panorama>. Acesso em: 04 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Censo de 2010**. Fonte disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; KARNOPP, Erica; DEPONTI, Cidonea Machado. A agricultura camponesa (des)aparecerá frente às determinações do Capital e/ou se (re)criará? **Redes**, Santa Cruz do Sul/RS, v. 21, n. 3, p. 34-48, 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 44 p.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GHIZELINI, André A. Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, Vitória/ES, v. 23, n. 1, p. 90-111, 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente/SP, n. 12, p. 57-67, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 217-227.

MORAIS, Eduardo Henrique Modesto de. **O papel do Ensino de Geografia no fortalecimento da Educação do Campo e na (re)construção do território camponês local**. 2018. 163 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

PAIVA, Alciane Matos de. **Agricultura camponesa e desenvolvimento rural/local: um estudo da organização da produção de juta e malva na várzea do município de Manacapuru**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

POZZEBOM, Luciana; LUDTKE, Rosiéle Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele; GAZOLLA, Marcio. Repercussões Territoriais das Feiras de Produtos Coloniais e Agroecológicos de Chapecó/SC: Considerações Sobre a San e o Autoconsumo dos Agricultores Familiares. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL. 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. p. 1-22.

PLOEG, Jan Douwe van Der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A Diversidade Da Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 15-56.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia Do Poder**. São Paulo: Ática, 1980.

RIBEIRO, Marina Pires; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues, RODRIGUES, Gisele Silva agricultura camponesa e agroecologia: relato de experiências da feira e festa de sementes, mudas e raças crioulas em defesa da biodiversidade. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21, 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Santa Monica: UFU, 2012, p. 1-12.

RIBEIRO, Roselma Lopes; SANTOS, Cirlene Jeane Santos e; ALMEIDA, Ricardo Santos de. História do processo de formação da agricultura camponesa no Brasil: resistências e relações de trabalho. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema/AL, v. 3, n. 3, p. 602-622, 2018.

RODRIGUES, Paula. A importância nutricional das hortaliças. **Embrapa Hortaliças**, Brasília, n. 2, p. 1-16, 2012.

SCHWARTZ, Rosana Maria Pires Barbato. Quebradeiras de coco de babaçu: cultura tradicional e a preservação do meio ambiente. **Emblemas**, Catalão, v. 14, n. 1, p. 57-72, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 336p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 1996. p. 1-18.

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp, 2009. 336p.

**APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS JUNTO AOS CAMPONESES DO POVOADO VARJOTA, MUNICÍPIO DE FORMOSA DA SERRA NEGRA/MA**

1. Quando foi fundado o povoado Varjota? Quais forma os primeiros moradores?
2. Porque o nome de povoado Varjota?
3. Qual a população total do povoado Varjota?
4. Qual a infraestrutura do povoado Varjota? Posto de saúde, escola, mercado, farmácia, igreja, etc.
5. Quais são as culturas anuais produzidas no povoado?
6. Quais as culturas perenes produzidas?
7. Quais hortaliças você produz?
8. Utiliza a biodiversidade local? Babaçu, citar outros da região
9. Como utiliza a biodiversidade local? Consumo, venda, cura de enfermidades, etc.
10. Quais são as técnicas mais utilizadas para o plantio?
11. Utiliza agrotóxicos para produzir?
12. Utiliza caldas naturais, como calda de fumo, pimenta, urina de vaca, etc
13. Como é acesso a água no povoado Varjota?
14. Tem algum apoio para comercialização, via prefeitura, estado?
15. Você comercializa os alimentos com frequência? Se sim, onde comercializa?
16. Como faz para levar os alimentos para comercializar na cidade?
17. Qual sua fonte de renda oriunda da agricultura camponesa?
18. Tem vontade de parar de trabalhar com a agricultura camponesa?